



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

GÉSSICA TAMIRES DA SILVA ANSELMO

**A RECORRÊNCIA DO ECLETISMO NO SERVIÇO SOCIAL
BRASILEIRO: uma discussão necessária à dimensão teórico-metodológica
e ídeo-política da profissão.**

CAMPINA GRANDE- PB

2017

GÉSSICA TAMIRES DA SILVA ANSELMO

A RECORRÊNCIA DO ECLETISMO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: uma
discussão necessária à dimensão teórico-metodológica e ídeo-política da profissão.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de
Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Mônica Barros da Nóbrega

CAMPINA GRANDE- PB

2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A618r Anselmo, Gêssica Tamires da Silva

A recorrência do ecletismo no serviço social brasileiro [manuscrito] : uma discussão necessária à dimensão teórico-metodológica e ídeo-política da profissão / Gessica Tamires da Silva Anselmo. - 2017.

34 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação: Profa. Dra. Mônica Barros da Nóbrega, Departamento de Serviço Social".

1. Serviço social 2. Produção de conhecimento 3. Assistente social. 4. Ecletismo. I. Título.

21. ed. CDD 361

GÉSSICA TAMIRES DA SILVA ANSELMO

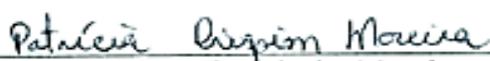
A RECORRÊNCIA DO ECLETISMO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO:
uma discussão necessária à dimensão teórico-metodológica e ideo-política da
profissão.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de
Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social.

Aprovado em: 08/08/2017.

BANCA EXAMINADORA


Profª. Drª. Mônica Barros da Nóbrega (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Profª. Ms. Patrícia Crispim Moreira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Profª. Ms. Thereza Karla de Souza Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha amada mãe, Suely, por todo esforço e incentivo a minha formação, e ao meu amado e companheiro Edgard, que me apoia em todos os momentos, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha fortaleza, que me consola nos momentos de desespero e sempre me faz feliz.

À Suely, que sabendo ser MÃE, vem me proporcionando uma vida cheia de amor, segura e repleta de realizações.

Ao meu amor Edgard, por sempre estar ao meu lado, me aconselhando, com muito carinho, compreensão, paciência e amor.

Aos meus amados irmãos, Renan e Kamilla que reforçam o valor da FAMÍLIA.

A mais doce e paciente professora e orientadora Mônica Barros da Nóbrega, pela orientação, reflexão e acolhimento durante a produção deste trabalho.

As minhas queridas amigas do curso de Serviço Social, em especial Sabrina e Thamyres, por me ouvirem nos momentos difíceis e me consolar, além de serem as responsáveis por boas risadas.

A minha amada família, avô, tios (as) e primos (as) por estarem sempre presentes, fazendo da minha vida e dos meus dias os mais felizes.

“... Se amas sem despertar amor; isto é, se teu amor, enquanto amor, não produz amor recíproco, se mediante tua exteriorização de vida como homem amante não te convertes a homem amado, teu amor é impotente, uma desgraça”.

Karl Marx, 1844

RESUMO

O presente ensaio tem como objetivo suscitar uma discussão a respeito do ecletismo no Serviço Social brasileiro, uma questão recorrente na história da profissão. Buscaremos apreender o que é o ecletismo, a sua origem e história, sua função ídeo-política e suas inflexões no Serviço Social. O interesse pelo tema surgiu a partir da participação no projeto de pesquisa “SERVIÇO SOCIAL, PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E ECLETISMO TEÓRICO: subsídios teóricos para o debate na agenda profissional”, vinculado ao Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC/ UEPB/CNPq - cota 2015/2016. O ensaio busca contribuir teoricamente para o aprofundamento do debate sobre o tema na agenda profissional. Em relação à metodologia, seguimos o percurso metodológico pautado pela revisão bibliográfica e tivemos como suporte a Teoria Social Crítica. Ao longo do estudo foi possível constatar a presença do ecletismo no Serviço Social desde os seus primórdios, constituindo um caldo conservador e eclético que passou a orientar as ações profissionais. Portanto, a recorrência do ecletismo no Serviço Social brasileiro está vinculada à trajetória histórica da profissão, em particular, a sua estrutura sincrética e a sua problemática apropriação da teoria social de Marx. O discurso da pós-modernidade carrega um traço neoconservador que reatualiza procedimentos teórico-metodológicos do conservadorismo e do ecletismo.

Palavras-Chave: Serviço Social. Produção de Conhecimento. Ecletismo.

ABSTRACT

The present essay aims at provoking a discussion about eclecticism in the Brazilian Social Service, a recurring issue in the history of the profession. We will try to apprehend what is eclecticism, its origin and history, its political-social function and its inflections in Social Work. The interest in the topic arose from the participation in the research project "SOCIAL SERVICE, PRODUCTION OF KNOWLEDGE AND THEORETICAL ECLETISM: theoretical subsidies for debate in the professional agenda", linked to the Institutional Program of Scientific Initiation - PIBIC / UEPB / CNPq - quota 2015 / 2016. The essay seeks to contribute theoretically to the deepening of the debate on the subject in the professional agenda. Regarding the methodology, we followed the methodological route guided by the bibliographical revision and we had as support the Critical Social Theory. Throughout the study it was possible to verify the presence of eclecticism in the Social Service from its beginnings, constituting a conservative and eclecticism.

Keywords: Social Service. Knowledge Production. Eclecticism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	ECLETISMO: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE SUA ORIGEM, HISTÓRIA E FUNÇÃO ÍDEO-POLÍTICA	11
3	SERVIÇO SOCIAL: CONSERVADORISMO, PLURALISMO E SINCRETISMO	15
4	AS METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO E O IDEÁRIO PÓS-MODERNO: MEDIAÇÕES SIGNIFICATIVAS PARA A PERMANÊNCIA DO ECLETISMO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.....	21
5	CONSIDERAÇÕES APROXIMATIVAS.....	29
	REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

O presente ensaio tem como tarefa discutir sobre o ecletismo, recuperando o seu conceito, ressaltando a sua função ídeo-política e as suas inflexões no Serviço Social brasileiro, especialmente na produção de conhecimento teórico na área.

O ecletismo, segundo Tonet (1995, p. 35), se constitui “na liberdade de tomar ideias de vários autores e articulá-las segundo a conveniência do pensador, sem, contudo, verificar com rigor a compatibilidade de ideias e paradigmas diferentes, resultando numa verdadeira ‘colcha de retalhos’”. Logo, não possibilitando a apreensão da realidade para além de suas formas fenomênicas.

Na atual dinâmica e complexa realidade em transformação, que produz rapidamente questões que necessitam ser desvendadas, o conhecimento teórico que apreenda o real na sua totalidade é imprescindível no cotidiano de trabalho do/a assistente social. Conhecimento esse que poderá instrumentalizar a ação profissional, no sentido de desvelar a realidade na sua essência e possibilitar a elaboração de respostas profissionais qualificadas, além da apreensão do agir profissional e da direção social da profissão. Assim, os momentos de apropriação teórica são fundamentais para que haja uma inserção qualificada do/a assistente social nos espaços sócio-ocupacionais.

Portanto, o contexto sócio-histórico atual exige a reflexão e o aprofundamento acerca da intervenção na realidade, considerando os elementos que permeiam o movimento contraditório da totalidade social que se articula com as particularidades do fazer profissional. Esse terreno, que atualiza a afirmação da qualidade do exercício profissional, sintonizado com o seu tempo, na garantia do atendimento às necessidades e interesses dos/as trabalhadores/as é de suma importância num momento histórico em que “a humanização da vida se confunde com o consumo, o mundo do dinheiro e a posse das mercadorias – reforçando o fetichismo da mercadoria” (CFESS, 2012, p. 8).

É consensual entre os estudiosos do Serviço Social brasileiro, particularmente aqueles que se fundamentam na teoria social crítica, que a presença do ecletismo na profissão reforça posicionamentos teórico-metodológicos e ídeo-políticos conservadores, os quais servem como mecanismos de manutenção do sistema capitalista e das suas formas de exploração do trabalho. Portanto, fere o compromisso ético-político assumido pela categoria profissional, expresso no projeto ético-político, o qual está vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e sem exploração de classes, tendo em seu núcleo o reconhecimento

da liberdade como valor central, contemplando o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 1999).

Diferentemente do ecletismo, o pluralismo, segundo Coutinho (1991), no terreno da ciência significa a abertura para o diferente, o respeito pela posição alheia, considerando que essa posição é necessária ao próprio desenvolvimento da ciência. Para o autor, é necessário o debate para se adquirir descobertas de verdades tipicamente científicas, ou seja, “com a certeza de que, para cada questão, só há uma resposta globalmente verdadeira” (1991, p. 14).

O interesse pelo tema deste ensaio advém da nossa participação como aluna voluntária e membro do Grupo de Pesquisa sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS), do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no projeto de pesquisa intitulado “SERVIÇO SOCIAL, PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E ECLETISMO TEÓRICO: subsídios teóricos para o debate na agenda profissional”¹, vinculado ao Programa Institucional de Iniciação Científica - PIBIC/ UEPB/CNPq - cota 2015/2016. O principal objetivo da pesquisa foi analisar, na bibliografia do Serviço Social brasileiro, a discussão acerca do ecletismo e a sua recorrência histórica na produção de conhecimento na área. Como objetivos específicos realizar um levantamento na bibliografia profissional, buscando identificar os autores que tratam do ecletismo e apreender, na referida bibliografia, o debate sobre a recorrência histórica do ecletismo na produção de conhecimento na área.

A participação na pesquisa foi uma experiência ricamente vivenciada, mostrando-se como um momento crucial na fase da graduação. Constituindo-se como uma grande oportunidade de acesso a uma educação complementar de qualidade, inserindo-nos enquanto sujeitos partícipes no processo de construção de conhecimento e nos possibilitando um amadurecimento enquanto pesquisadores.

Os achados da referida pesquisa, dentre outros, nos permitiram inferir que na produção bibliográfica do Serviço Social brasileiro o tema do ecletismo não tem sido privilegiado enquanto temática de pesquisa. Assim, foi possível constatar uma lacuna nessa produção, o que justifica estudos sobre a referida temática.

Este ensaio traz à tona a necessidade de se discutir o ecletismo e a sua recorrência histórica na produção de conhecimento teórico na área. Enfim, inclui-se no debate na literatura do Serviço Social brasileiro, acerca dos desafios contemporâneos à profissão, especificamente

¹. Este projeto foi composto por dois subprojetos, sendo o SUBPROJETO 1: O Ecletismo Teórico e a sua Recorrência Histórica na Produção de Conhecimento no Serviço Social Brasileiro e o SUBPROJETO 2: O Debate Sobre o Ecletismo Teórico na Bibliografia do Serviço Social Brasileiro.

aqueles postos à produção de conhecimento teórico na perspectiva de apreensão da realidade enquanto uma totalidade social, no contexto atual de crise do capitalismo.

Pela sua natureza reflexiva e interpretativa, este trabalho se caracteriza como um ensaio, o qual, segundo Santos (2006, p.44) se constitui como “um texto científico que desenvolve uma proposta pessoal do autor a respeito de um determinado assunto”.

Como eixo norteador, adotamos a dimensão da totalidade histórica, resguardada no método crítico dialético por concebê-lo como privilegiado para analisar o real, visto que apresenta como pressuposto a concepção materialista e dialética da história, entendendo a realidade como síntese de múltiplas determinações.

Nesse sentido, buscamos conceber nosso objeto de estudo em sua totalidade de relações que o determina, realizando sucessivas aproximações na trajetória que vai da aparência ao movimento da essência, com o objetivo de reproduzir, no âmbito do pensamento, a riqueza e a complexidade do movimento do real.

Para tanto, foi necessário a adoção de um quadro teórico que contemplasse, principalmente, os atuais processos vinculados à dinâmica reestruturadora do capitalismo contemporâneo e seus desdobramentos na esfera da economia, da política, da cultura etc., além do ecletismo na produção de conhecimento teórico. Autores como Ricardo Antunes, Ivo Tonet, Carlos Nelson Coutinho, José Paulo Netto, dentre outros, iluminaram as reflexões empreendidas.

O presente ensaio está estruturado em três seções. Na primeira, fazemos uma breve recuperação histórica sobre a origem e desenvolvimento do ecletismo, destacando a sua função ídeo-política na sociedade burguesa.

Na segunda seção abordamos o histórico conservadorismo presente na profissão, que através de suas nuances ídeo-políticas, favorece a influência do ecletismo na produção teórica do Serviço Social; o pluralismo, que diferentemente do ecletismo, consiste em um diálogo respeitoso de ideias e o sincretismo que comparece como um traço constitutivo da dimensão ídeo-teórica do Serviço Social, que, inevitavelmente, traz consigo o ecletismo.

Na terceira e última seção, teceremos algumas considerações acerca das atuais configurações do mundo do trabalho e sobre o ideário pós-moderno, enquanto mediações significativas para a permanência do ecletismo no Serviço Social brasileiro, e faremos nossas considerações.

2 ECLETISMO: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE SUA ORIGEM, HISTÓRIA E FUNÇÃO ÍDEO-POLÍTICA

O conceito de ecletismo deriva do grego Ek-Léghein, que significa “escolher e reunir de várias partes” (REALE, 1994. p. 439 *apud* ROCHA 2005, p.56). Constitui-se, pois, como ressalta Coutinho (1995), na tentativa de conciliar opiniões inconciliáveis, uma incorporação acrítica de perspectivas teóricas as mais variadas, portanto, uma ausência de coerência entre tais perspectivas que orientam a prática social.

Logo, o ecletismo apresenta uma aparente harmonia filosófica, na qual se mistifica o real, na intenção de criar um falso consenso de ideias, misturando-as de forma equivocada, na tentativa de explicar a realidade de maneira arbitrária. A historicidade das ideias, assim como as suas contradições internas não são consideradas pelo ecletismo, o que o torna funcional aos interesses de dominação de classe.

De acordo com Rocha (2005), o ecletismo está contido na filosofia espiritualista² francesa do século XIX, destacando-se como uma expressão moderna dentro da diversidade do ecletismo.

Para que se possa entender o ecletismo enquanto postura filosófica, faz-se necessário conhecer tanto as forças produtivas – já que o desenvolvimento das forças produtivas na sociedade do capital passa a demandar novos condicionamentos sociais, culturais e ideopolíticos que sustentem os novos padrões de vida material – quanto o solo histórico que o constituiu. Nesse sentido, destaca-se a França Restaurada em pleno processo de industrialização capitalista como o terreno que fundamentou a postura eclética na modernidade.

A partir da constituição da racionalidade moderna no século XVI, a possibilidade de ascensão da classe burguesa ficou evidente. Com o colapso do sistema feudal a burguesia começou a ganhar força dentro da sociedade europeia, passando a empreender o processo de instauração de um novo padrão de sociabilidade, pautado na defesa da liberdade, igualdade e fraternidade.

² A filosofia espiritualista francesa do século XIX foi um movimento que surgiu como reação ao exagerado materialismo pós-revolucionário, que se manifestava no cientificismo positivista. Os pensadores dessa filosofia não se conformam com uma concepção cientificista do homem. Sua preocupação primeira é mostrar que o ser humano não se reduz simplesmente à natureza material. Defendem a interioridade que confere significado ao homem e às coisas. O que, segundo esses pensadores, constitui a pessoa é a interioridade e a liberdade. (DONHA, 2017)

Naquele contexto, movimentos intelectuais começaram a surgir, entrando em conflito com a hegemonia do pensamento existente, visto que refutavam os conhecimentos fundamentados em crenças e dogmas religiosos. O conhecimento religioso medieval e o filosófico grego passaram a ser substituídos pelo conhecimento obtido a partir das observações e experimentações dos fenômenos naturais. Portanto, com a Modernidade se instituiu um novo modelo explicativo da realidade, fundado na primazia da razão.

A modernidade trouxe esplêndidos avanços no campo tecnológico, econômico-industrial, filosófico dentre outros, nos quais a burguesia, inicialmente, desempenhou um importante papel revolucionário. No final do século XV, segundo Coutinho (2010), a burguesia mostrava-se como uma classe ascendente, combatendo às limitações do mundo feudal, prometendo avanços sociais e defendendo os valores de liberdade, igualdade e fraternidade. Porém, ao conquistar o poder econômico e político, durante o século XVII, passou a impedir os conteúdos progressistas constitutivos da vida moderna, com vistas a manter-se como classe dominante, priorizando seus interesses particulares. Dessa forma, a burguesia abandonou seus ideais progressistas, tornando-se classe conservadora.

A burguesia, detentora dos meios de produção, apropriou-se dos bens produzidos coletivamente e apartou do produto de seu trabalho os que realmente produziam a riqueza da sociedade. Assim, na tentativa de velar essa contradição e fazer com que a classe trabalhadora acreditasse que essa era uma relação justa entre classes, a burguesia investiu em mecanismos facilitadores da difusão de sua ideologia, isto é, os seus valores de interpretação do mundo.

Logo, para consolidar-se como classe dominante no movimento de expansão do capital em sua fase imperialista, a burguesia passou a investir em pensamentos filosóficos que viabilizassem o controle e a manutenção do seu sistema. Foi nesse contexto que o ecletismo passou a ser utilizado para atender a necessidade de controle e de manutenção da ordem burguesa no movimento de expansão e consolidação do capitalismo na França, tendo como principal função conciliar as necessidades da burguesia e “acalmar” os movimentos de contestação operária.

Desde o início da Revolução Francesa, os governos absolutistas de toda a Europa sentiram-se ameaçados. Os ideais da citada Revolução eram tidos como subversivos, pois colocava em xeque o equilíbrio do continente Europeu. Os princípios revolucionários se expandiram para além da França, chegando, em 1795 e 1799, a países como Holanda e Suíça. De acordo com Georges (1993) um grande expansionista dos ideais revolucionários foi Napoleão Bonaparte, que passou a dar novos rumos ao processo revolucionário. Em 1799, Napoleão, juntamente com a aliança de outros líderes, comandou um golpe de Estado

(conhecido como 18 Brumário de Napoleão Bonaparte) e assumiu o governo da França. O poder burguês passou a se consolidar em várias regiões da Europa, o que acabou levando vários países à guerra.

Os governos absolutistas da Europa como a Áustria, Prússia e Rússia consideravam o crescimento do poder de Napoleão uma ameaça para seus governos. Eles temiam que com a consolidação dos projetos burgueses, mudanças semelhantes fossem exigidas em seus países. Dessa maneira, várias alianças foram formadas para combater o governo francês, o que culminou na derrota de Napoleão Bonaparte em uma batalha em Waterloo (atual Bélgica). Após essa derrota, os governos vencedores procuraram reestabelecer à ordem vigente na Europa antes da Revolução Francesa, culminando com o processo de Restauração da Monarquia Absolutista na França.

Assim, o ecletismo com seu teor conservador foi utilizado pelos pilares da tradição aristocrática (o rei e a Igreja Católica) no âmbito político-ideológico para conseguir a Restauração Monárquica, desempenhando uma revalorização da cultura da aristocracia francesa, do tradicionalismo fundado na autoridade aristocrática, do poder do rei e da fé católica. A sociedade restaurada deveria procurar restabelecer os valores da religião e da moral. As defesas dos interesses da aristocracia foram mais rígidas nos governos de Luís XVIII e Carlos X.

Tendo Victor Cousin como elaborador da filosofia oficial da França, o ecletismo espiritualista foi a doutrina mais difundida na época da Restauração Monárquica Francesa, colocando-se a serviço do “espiritualismo”.

Segundo Mora (2004), Victor Cousin foi um filósofo extremamente influente em seu tempo. Reconhecido por criar grande empatia e ser um excelente orador, tornou-se figura pública de grande influência, que expunha, em suas conferências, sua filosofia, conhecida como espiritualismo eclético. O prestígio de Cousin, assim como de sua filosofia, foi ganhando espaço e o filósofo acabou ocupando vários cargos importantes, sendo, por exemplo, durante o reinado de Luis XVIII, nomeado oficial diretamente ligado à coroa. Nesse momento, Cousin articulou importantes mecanismos políticos de controle no sistema educacional. Sempre foi estudioso de filosofia e acabou por privilegiar esse ensino.

Cousin criou seu próprio sistema filosófico, usando vários outros sistemas de pensamento, por isso, sua doutrina é chamada de espiritualismo eclético, pois pretendia “conciliar num sistema pouco definido aquilo que julgava verdadeiro em todos os sistemas, considerados manifestações parciais de uma verdade única e mais ampla” (MORA, 2004, p.792). Dessa forma, o ecletismo seria um “selecionismo”, ou, como explicita Cousin:

O que recomendo é um ecletismo ilustrado que, julgando com equidade e inclusive com benevolência todas as escolas, lhe peça emprestado o que elas têm de verdadeiro e elimine o que elas têm de falso. Já que o espírito de partido deu-nos tantos maus resultados até o presente, tentemos o espírito de conciliação (COUSIN, 1854, p. 4, *apud* MORA, 2004, p.794).

A filosofia de Victor Cousin combinava com os anseios da Monarquia de Luís XVIII. Seria impossível compreender a enorme força desta doutrina sem situá-la neste contexto, pois grande parte da influência obtida por Cousin e sua doutrina parece estar diretamente ligada a esse contexto. O “espírito de conciliação” era bastante interessante para a monarquia, que se apoiava nos horrores gerados pela Revolução Francesa para manter seu poder, e Cousin conduzia bem estes interesses. Ele via no ecletismo a possibilidade de combater a “filosofia do mal” do século XVIII, seja o empirismo ou o materialismo, que teriam trazido consequências sociais e políticas desastrosas durante a revolução. Seu sistema, ao contrário, trazia elementos necessários à ordem e à estabilidade, como a existência de Deus, o livre-arbítrio e uma clara distinção entre o bem e o mal.

Trata-se, portanto, de um ecletismo constituído por uma filosofia confessional, que buscava atender os interesses da burguesia empresarial e também “manter afastados os fantasmas subversivos do materialismo”. Cousin considerava que o ecletismo fosse capaz de superar todas as diferenças entre os vários sistemas filosóficos, visto que seria um “sistema” de verdade mais “puro”, possibilitando o alcance de uma verdade superior. Através do ecletismo seria possível “pegar emprestado” o que cada sistema filosófico tinha de verdadeiro e excluir o que tinha de falso. Dessa forma, eliminando-se o erro que cada sistema possuía seria possível construir um sistema filosófico integral. (FORMIGAZI, 1997, *apud* ROCHA, 2005, p. 64).

Com o intuito de desenvolver na sociedade uma desconfiança em relação a qualquer perspectiva de mudança, a filosofia tradicionalista, contrarrevolucionária, contribuía para a repressão aos movimentos insurrecionais liberais e socialistas ao pregar que “todo o mal proviria de um século de irreligião, com os seus pretensos filósofos e suas falsas doutrinas” (COSTA, 1999, p. 196 *apud* ROCHA, 2005, p.75).

No governo de Luís Filipe I, em 1830, buscava-se um consenso entre a burguesia industrial e a aristocracia para controlar as manifestações operárias, e nesse sentido, as ideias filosóficas espiritualistas foram expandidas com mais intensidade. Conforme Rocha (2005, p.

77), “o sistema eclético de Cousin caracteriza-se como uma ‘reação’ aos ideais progressistas que, em sua fase ascendente, a burguesia propagou”.

Naquele contexto, o ecletismo desempenhou um papel importante no estabelecimento de novas medidas de controle societário. Essa filosofia deu respaldo para a “restauração” da força política do antigo regime – como estratégia burguesa de domínio de classe. Nesse sentido, o ecletismo é uma expressão do pensamento conservador, o qual cumpre uma função ideológica extremamente importante para a consolidação e manutenção da ordem instituída, servindo como um importante mecanismo de aceitação da sociedade capitalista, investindo na naturalização das desigualdades.

Enfim, o ecletismo se constituiu como uma reação à crise do pensamento moderno capitalista que não se baseava mais em ideais progressistas, esquecendo os valores societários emancipatórios. Foi, pois, com o intuito de conter conflitos de classe e manter a ordem capitalista, que foram adotadas posturas teórico-metodológicas e ideológicas como o ecletismo.

Em seguida abordaremos o conservadorismo, historicamente presente na profissão, e como este reforçar as influências ecléticas; o pluralismo, que diferentemente do ecletismo, não inibe a luta de ideias, e o sincretismo que comparece como um traço constitutivo da dimensão ídeo-teórica do Serviço Social.

3 SERVIÇO SOCIAL: CONSERVADORISMO, PLURALISMO E SINCRETISMO.

O Serviço Social passou, ao longo de sua trajetória histórica, por significativas mudanças quanto a sua direção teórico-metodológica. Durante as primeiras décadas de existência da profissão, um traço comum pode ser destacado: o compromisso sociopolítico com o conservadorismo (IAMAMOTO, 2004). O conservadorismo presente na profissão, através de suas nuances ídeo-políticas, favoreceu a influência do ecletismo na produção teórica do Serviço Social, principalmente em suas origens. A marca do pensamento conservador reside na superficialidade com que interpreta os elementos da realidade, dando importância a sua aparência em detrimento das contradições de sua essência.

Segundo Escorsim Netto (2011), apesar de não existir uma sinopse histórico-crítica do pensamento conservador, os que o tomam como objeto de estudo geralmente relacionam o seu surgimento aos desdobramentos da Revolução Francesa e de ascensão da burguesia enquanto classe dirigente, na derrocada do Antigo Regime, tendo como expoente máximo o irlandês Edmund Burke, o qual teve como alvo de ataque à cultura da modernidade.

Para Barroco (2001), o conservadorismo originalmente apareceu como um projeto político de oposição histórica ao Iluminismo, ao liberalismo e às ideias socialistas. Porém, quando a classe trabalhadora transformou-se em sujeito político com vistas à construção de uma nova ordem societária, em meados do século XIX, seu alvo de ataque passou a ser os trabalhadores e suas reivindicações. Ao valorizar o passado, a tradição, a autoridade fundada na hierarquia e na ordem, conseqüentemente, nega a razão, a democracia, a liberdade, a indústria, a tecnologia, enfim, as conquistas da Modernidade.

Em sua função ideológica, o conservadorismo, conforme Barroco (2015, p. 624), reproduz um modo de ser fundamentado em valores historicamente preservados pela tradição e pelos costumes. No Brasil, na compreensão da autora, reproduz um modo de ser preservado pelas nossas elites “com seu racismo, seu preconceito de classe, seu horror ao comunismo”

Enfim, o conservadorismo é, e sempre será, alimento necessário para a reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Em outras palavras, “é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor” (BOSCHETTI, 2015, p. 639).

Assim, a ação do Serviço Social no momento de sua gênese era contribuir para que o burguês e o operário fossem solidários um com o outro, considerando que pertenciam a uma mesma “comunidade produtiva” que superava qualquer diferença social. As características do pensamento conservador apareciam enraizadas tanto no discurso quanto na prática do/a assistente social, contribuindo para a manutenção do instituído.

No Brasil, o Serviço Social surgiu na década de 1930, na ordem societária comandada pelo monopólio, sob a influência da Igreja Católica. Nesse período, o país vivenciava uma conjuntura turbulenta em decorrência das várias manifestações da classe trabalhadora, que clamava por melhores condições de vida e de trabalho.

Na tentativa de “acalmar os ânimos” da classe trabalhadora e manter os seus interesses, a burguesia, juntamente com a Igreja Católica e o Estado, passou a impulsionar ações de caridade e benemerência a serem executadas pelas “damas de caridade”, mulheres de famílias que possuíam um alto poder aquisitivo e que eram formadas conforme a doutrina Social da Igreja, com intuito de exercer ações sociais. Inicialmente as atividades eram voltadas para intervir nas expressões da questão social³ geradas pela introdução do sistema capitalista no país, com um conteúdo moral e religioso, voltadas para o trabalhador e sua família, na

³ A questão social, segundo Iamamoto e Carvalho, (1996, p.77) “É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão”.

perspectiva do ajuste e enquadramento social. Ou seja, para o restabelecimento da moral do indivíduo e da família.

Piana (2009) aponta que nas décadas de 1940/1950 houve uma tendência de modernização do perfil profissional. Nesse contexto, o Serviço Social incorpora as influências norte-americanas. Surgem os métodos importados dos Estados Unidos, como o Serviço Social de Caso e o Serviço Social de Grupo, onde se dará um grande enfoque para a solução dos problemas pessoais, de relacionamento e de socialização. Tais métodos são baseados no racionalismo formal abstrato, onde o entendimento da realidade se localiza ao nível dos fenômenos, na aparência do real.

O Serviço Social passou a utilizar inclusive, fundamentos advindos da Psicologia, objetivando que os assistentes sociais fossem capazes de executar programas sociais com soluções consideradas modernizantes para o modelo desenvolvimentista do Brasil. Houve, portanto, segundo Netto (1996) um movimento de psicologismo do projeto profissional (que percorre toda a massa cultural ideológica hegemônica), o que acabou possibilitando a relação da vertente norte-americana com a vertente europeia, que vai ser marcada pela redução do conjunto de problemas sociais e o aumento da postura moral.

As influências franco-belga e norte-americana foram determinantes no que diz respeito ao processo de formação e intervenção dos assistentes sociais. Durante esse processo foram mescladas as vertentes do conservadorismo católico e a razão formal-abstrata positivista.

Segundo Rocha (2005) a articulação entre essas duas matrizes ideológicas ligadas à correntes de pensamento distintas – a franco-belga vinculada ao pensamento católico e ao irracionalismo laico e a norte-americana ao funcional-positivismo -- irão resultar no Ecletismo.

A partir dos anos 1960 se observa a gestação de uma trajetória de ruptura com as marcas de origem conservadoras da profissão, o que caracterizou o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, que no Brasil configurou-se como um processo denominado por renovação do Serviço Social. Segundo Netto (1991) o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, principalmente na sua perspectiva de “intenção de ruptura”, buscava desvincular-se da herança conservadora da profissão, reconfigurando as suas bases teóricas, técnicas e políticas.

A reação à herança conservadora na profissão, principalmente na perspectiva de “intenção de ruptura”, que começou a ser gestada nos anos 1960, ganhando densidade no final dos anos 1970, foi forjando coletivamente o Projeto Ético-Político profissional, o qual teve sua expressão máxima no III CBAS, conhecido como o “Congresso da Virada”, realizado em

1979, na Cidade de São Paulo,” [...] quando uma vanguarda profissional virou uma página na história do Serviço Social brasileiro [...]” (TEIXEIRA; BRAZ, 1999, p. 12).

Portanto, em meio ao embate contra o lastro conservador e confessional da profissão, nasceu o Projeto Ético-Político profissional, o qual

[...] tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (NETTO, 1999, p. 104-5).

Ancorado na teoria social crítica de Marx, esse Projeto posiciona-se a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais. Declara-se radicalmente democrático, na perspectiva da socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida. Enfim, afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. Concebe, pois, o pluralismo como um dado factual da vida social e da profissão, que não impede a luta de ideias, o que o diferencia do ecletismo que resulta da sua degradação teórica (NETTO, 1999).

Como escreveu Guerra (2004), foi pelas conquistas impostas pelo referencial teórico marxiano que o Serviço Social passou a ser concebido como um campo plural de alternativas e lutas entre tendências, pluralismo que é expressão da convivência respeitosa entre diversas tendências teóricas e ídeo-políticas e que se constituiu numa das maiores realizações da profissão.

Para Coutinho (1991), existem vários tipos de pluralismo, ou seja, o político ou ideológico, o estético, o sociológico, o partidário, o filosófico, o universitário e o pluralismo epistemológico, o que aqui privilegiamos.

O Pluralismo epistemológico, conforme Coutinho (1991), é uma dimensão básica e complexa, pois envolve inúmeras implicações na elaboração do conhecimento. Logo, no campo da ciência natural ou social:

é sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição do outro, considerando que essa posição, ao nos advertir para os nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento da nossa posição e, de modo geral, da ciência. [...] Vamos debater para chegar à

descoberta de verdades tipicamente científicas, ou seja, com a certeza de que, para cada questão, só há uma resposta globalmente verdadeira (COUTINHO 1991, p. 14).

Portanto, pode-se entender por Pluralismo, no terreno da produção do conhecimento, uma postura capaz de integrar conceitos e teorias que não sejam antagônicos ou contraditórios. Entendido como uma convivência democrática de ideias o pluralismo é uma conquista que deve ser defendida, tendo em vista que é uma das condições para o progresso científico.

Conforme Netto (1999), sua importância reside no fato de que, a elaboração e a afirmação (ou, se se quiser a construção e a consolidação) de um projeto profissional deve se dar com a nítida consciência de que o pluralismo é um elemento factual da vida social e da própria profissão, que deve ser respeitado.

No Código de Ética do/a Assistente Social de 1993 e nas Diretrizes Curriculares de 1996, que materializam o Projeto Ético- Político, o pluralismo é defendido enquanto um princípio teórico e ético-político.

No Código de Ética do/a Assistente Social de 1993 está explícito a “Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (BRASIL, 2012, p. 24).

As Diretrizes Curriculares de 1996 expressam a importância do pluralismo ao indicar que:

[...] o exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impõe o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais (ABESS, 1996, p. 29).

Nesse sentido, o debate de ideias presente no pluralismo não pode ser confundido com a “mistura” de diferentes matrizes do conhecimento como acontece no ecletismo. Diferentemente do ecletismo o pluralismo não pode inibir a luta de ideias. O real debate entre tendências teóricas e ídeo-políticas só poderá ter como terreno adequado o pluralismo, que se constitui como uma integração de teoria e conceitos que não são logicamente contraditórios, o que pede um conhecimento aprofundado de todos os campos que se pretende abordar, impedindo a abertura para o ecletismo. Enfim, O pluralismo, deve ser, pois, claramente demarcado para que não sejam reeditados os equívocos cometidos na trajetória histórica da profissão.

Então, podemos dizer que, a partir da década de 1980, com o aprofundamento teórico das obras de Marx, foi possível o Serviço Social adotar um posicionamento crítico, buscando romper com o arcabouço ideológico-cultural decorrente do pensamento conservador. Foi, portanto, a partir deste aprofundamento que o Serviço Social passou a buscar fundamentos científicos mais sólidos que orientasse a atuação dos/as profissionais, e conquistar a hegemonia da teoria social crítica na profissão.

Nesse período,

adensam-se estudos sobre a seguridade social no Brasil, sobre as políticas setoriais, sobre o fundo público, “mundo do trabalho” e sobre o processo de financeirização do capital. As entidades representativas da categoria, do ponto de vista político e institucional, mantêm-se atentas, abertas e afinadas (majoritariamente) aos influxos do debate crítico-dialético. (SOUZA, 2014. p. 533)

A partir daí o Serviço Social construiu um amplo leque temático na sua produção teórica, o que indica um importante amadurecimento no âmbito da pesquisa. Contudo, não se pode omitir que, apesar dessas conquistas, observam-se influências de correntes teóricas distintas. Conforme comenta Souza (2014), demarca presença no âmbito da produção de conhecimento do Serviço Social influências teóricas de matizes diferenciadas, tais como estruturalista, funcionalista, weberiana e as ditas “pós-modernas”.

No que se refere à prática profissional, sabemos que os/s Assistentes Sociais atuam nos vários âmbitos da vida social, ou seja, nas diversas expressões da questão social, que aparecem de imediato de maneira fragmentada, resultando no que Netto (1996) vai denominar de sincretismo profissional, o qual teoricamente se expressa no ecletismo. Para o autor, a estrutura sincrética do Serviço Social é decorrente do modo difuso que as expressões da questão social se apresentam, constituindo para o Serviço Social um objeto polimórfico, ou seja, que se apresenta de diversas formas e que permite associar a sua intervenção a múltiplos segmentos da vida social, ao mesmo tempo em que bloqueia as possibilidades de delimitar a sua especificidade. O sincretismo também é reforçado pelo Estado, a partir da sua intervenção sobre as sequelas da questão social, através das políticas públicas setoriais, que reforça a intervenção profissional fragmentada.

Para Netto (1996), a expressão do sincretismo profissional pode ser localizada no fato de que a profissionalização do Serviço Social (que inclui a circunscrição de campos profissionais, a elaboração de uma documentação própria, a generalização de um quadro de referência para a formação dos seus agentes, o recurso aos saberes das ciências humanas e a

codificação dos procedimentos de intervenção) não modificou de maneira significativa a atuação dos/as Assistentes Sociais quando comparados com os atores inseridos nas suas protoformas.

Portanto, para o citado autor, tomando como substrato para a sua análise a cultura profissional, conclui que o fio condutor da afirmação e desenvolvimento do Serviço Social como profissão é o sincretismo, que se constitui como um princípio constitutivo do Serviço Social.

Em consonância com Netto, Souza (2014) considera que são as bases sócio- materiais da produção capitalista contidas nas estruturas do Estado e da sociedade civil-burguesa que reproduzem o sincretismo no exercício profissional. O fato de o Serviço Social possuir uma estrutura sincrética acaba reproduzindo, no campo teórico, o ecletismo.

Maranhão (2014) aponta as três principais fontes que tem dificultado o rompimento do Serviço Social com o lastro conservador da profissão. São elas: o caráter sincrético da profissão; a aproximação enviesada do Serviço Social com a teoria social de Marx; e a estrutura atual do capitalismo.

Para que se possa superar os obstáculos advindos do conservadorismo da profissão, é necessário que exista na categoria profissional e no momento da formação dos/as assistentes sociais uma reflexão acerca dos pressupostos teóricos crítico-ontológicos da tradição marxista, que irão auxiliar os/as profissionais a fazerem análises qualificadas da realidade na sociedade burguesa contemporânea bem como delimitar os limites e possibilidades do Serviço Social enquanto profissão, inserida na divisão sócio- técnica do trabalho.

Enfim, apesar do ecletismo ainda estar presente na literatura do Serviço Social, a produção de conhecimento tem se tornado cada vez mais qualificada, porém, o citado ecletismo vem sendo confundido por vezes com o pluralismo.

A seguir faremos uma discussão sobre as atuais configurações do mundo do trabalho e sobre o ideário pós-moderno, enquanto mediações significativas para a permanência do ecletismo no Serviço Social brasileiro.

4 AS METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO E O IDEÁRIO PÓS-MODERNO: MEDIAÇÕES SIGNIFICATIVAS PARA A PERMANÊNCIA DO ECLETISMO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Um dos temas que têm sido fartamente discutidos na bibliografia profissional na atualidade é a crise do capitalismo que vem se arrastando desde a década de 1970, e seus

desdobramentos para todos os âmbitos da vida em sociedade. Dentre estes destacam-se as transformações no mundo do trabalho e a veiculação do ideário pós-moderno e suas implicações para o Serviço Social.

As transformações no mundo do trabalho, que envolvem o quadro de transformação dos padrões de produção e acumulação capitalista, o quadro da reestruturação produtiva apoiada pelo ideário neoliberal, as constantes alterações no processo de trabalho que se refletem na precarização da força de trabalho, são apoiadas por discursos que a classe dominante procura disseminar, consensuais com tais transformações.

Grandes transformações no mundo do trabalho têm sido verificadas desde a década de 1970 nos países de capitalismo avançado, tendo destaque os grandes avanços tecnológicos, com os quais as fábricas passaram a adotar uma produção cada vez mais automatizada.

Na dinâmica capitalista dos anos 1970, sob o ideário neoliberal – que se coloca como alternativa política dos Estados nacionais para superar a “crise” do capitalismo em sua fase monopólica – é que situa-se o quadro da ofensiva neoconservadora do mundo contemporâneo. As transformações promovidas pelo capitalismo a partir dos anos 1970, evidenciaram os sinais de esgotamento do ciclo de prosperidade do modo de produção capitalista dos trinta anos anteriores, o que ocorrera no mesmo contexto em que houve um “colapso” dos dois importantes projetos advindos do Iluminismo: a socialdemocracia clássica, embasada no pacto de classe, e a forma histórica concretizada do projeto socialista.

Com a crise desses dois projetos, conforme Duriguetto (2009, p. 2):

Os neoliberais vão trabalhar para a formação de uma cultura política dessa 'nova ordem' que exige a desqualificação do significado histórico dos projetos de 'democratização do capital' e da 'socialização da riqueza socialmente produzida' como alternativas 'à ordem', e/ou 'na ordem' do capital.

Nesse sentido, grandes implicações irão ocorrer no âmbito político ideológico, guiados para uma determinada modalidade de comportamento, onde se objetiva a desmobilização do sentimento de solidariedade de classe. Como consequência, podemos destacar uma grande ofensiva neoconservadora no cenário mundial contemporâneo.

Na tentativa de dar respostas à queda das taxas de lucro, o fordismo já não era mais tão “adequado” ao novo processo de produção. Assim, a burguesia passou a adotar um processo de flexibilização da produção, como um mecanismo empregado para a superação da queda da taxa de lucro.

O processo de reestruturação produtiva que tem como principal característica a revolução técnico-científica, trouxe consigo grandes alterações e inúmeras novidades, metamorfoseando a sociedade e a natureza, revolucionando todas as esferas da vida, tais como, na economia, na política, na cultura etc.

Conforme ressalta Behring (2008, p. 35), a reestruturação produtiva se desenvolveu juntamente com o ajuste neoliberal, significando a desregulamentação de direitos e cortes sociais. O neoliberalismo defende a ideia de criar as bases necessárias para a implementação das novas formas de disposição do mundo produtivo, sem a intervenção do Estado.

Conforme aponta Antunes (2006, p. 55), ao tentar dar respostas a sua própria crise o capital:

[...] iniciou um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor patamares de expansão anteriores.

O neoliberalismo veicula o discurso de que o problema da crise está localizado no Estado, e que, por isso, é necessário funcionalizá-lo. Assim, o Estado passou a reduzir cada vez mais os direitos sociais, atuando com políticas focalizadas e descentralizadas. Evidencia-se cada vez mais um processo de desresponsabilização do Estado, que facilmente pode ser verificado pelas grandes campanhas de apelo à solidariedade da sociedade civil, que vem sendo convocada a executar ações que antes era de responsabilidade do Estado.

Soma-se aos elementos já elencados, o processo de globalização do capitalismo. Os avanços tecnológicos têm permitido a produção de mercadorias com grande redução de mão de obra, o que acaba causando o chamado desemprego estrutural, além da fragmentação e desmobilização da classe trabalhadora.

A redefinição do mundo do capital acarretou no Brasil, “o surgimento de uma cultura da crise, com o objetivo de conquistar a aquiescência das classes subalternas”. (MOTA, 1995, p.108). Para a citada autora,

O núcleo temático dessa cultura é a socialização da ideia de que a crise afeta indistintamente toda a sociedade. Enfim, uma visão socializadora da crise que desqualifica, do ponto de vista político-econômico, as posições antagônicas das classes, ao mesmo tempo em que constrói um modo de integração passiva à ordem do capital (MOTA, 1995, p.108).

A década de 1980 no Brasil foi uma década bastante marcada pelas ações políticas organizadas da classe trabalhadora. Devido à grande compressão dos salários, aos altos índices de desemprego, queda de consumo e outros diversos fatores gerados pela estagnação econômica nos países da América Latina, os anos de 1980 ficaram conhecidos como os “os anos perdidos”. Porém, vale destacar que foi diante desse cenário que emergiu um novo processo político, a organização de significativos setores da sociedade civil.

Com o expressivo crescimento da organização dos sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais, constatou-se na década de 1980 certa resistência à dominação. A classe dominante vivenciou um período de “restrição” ao seu poder de coerção sobre a classe trabalhadora. A burguesia passou, então, a utilizar-se de várias estratégias para conseguir apoio pacífico para os seus projetos. Desse modo, passou a introduzir seus valores na classe trabalhadora, investindo na reforma intelectual e moral. A forma que a burguesia encontrou para realizar tais reformas, foi utilizando-se dos desdobramentos objetivos da crise econômica na vida dos trabalhadores – como o desemprego e a compressão dos salários – para conseguir consentimento ativo para seu projeto. A ideia disseminada pela classe dominante foi de que a crise afetava igualmente toda a sociedade, independente da condição de classe dos sujeitos sociais, e que a saída para a crise exigia consensos e sacrifícios de todos.

Nesse ambiente, o/a Assistente Social vem vivenciando transformações bastante consideráveis na sua relação de trabalho, nas demandas que lhe chegam e nas respostas conferidas, pois,

[...] esse o contexto que altera a demanda de trabalho do assistente social, modifica o mercado de trabalho, altera os processos de trabalho e as condições em que se realizam, nos quais os assistentes sociais ingressam enquanto profissionais assalariados. As relações de trabalho tendem a ser desregulamentadas e flexibilizadas. Verifica-se ampla retração dos recursos institucionais para acionar a defesa dos direitos e meios de acessá-los. Enfim, tem-se um redimensionamento das condições do nosso exercício profissional, porque ele se efetiva pela mediação das condições de assalariamento (IAMAMOTO, 2002, p. 19).

Logo, os/ as Assistentes Sociais estão desafiados/as a dar respostas as mais variadas expressões da questão social através de políticas sociais setoriais, e, a maioria delas, não universais. Em grande medida, os/as profissionais se deparam com um variado número de demandas, o que acaba refletindo, dentre outros, na sobrecarga de trabalho e nas respostas profissionais, as quais, de modo geral, têm se dado de forma emergencial e pontual.

No Brasil, no contexto atual, com a aprovação da Lei da Terceirização e a Emenda Constitucional 95 que congela os gastos públicos por 20 anos, bem como com a reforma trabalhista, fortes ataques aos direitos dos trabalhadores estão ocorrendo, provocando o agudizamento das expressões da questão social e, conseqüentemente, grandes desafios para as profissões que lidam com o social, dentre elas o Serviço Social.

Para Guerra (2010), a atual fase do capitalismo e suas implicações para o Serviço Social e para o mercado de trabalho tende a fortalecer o desenvolvimento de práticas autoritárias, a refilantropização da questão social e a assistencialização das políticas sociais e intervenções individualizantes e desarticuladas.

Dessa maneira, as condições necessárias para que os profissionais possam ultrapassar a aparência dos fenômenos que se apresentam em sua singularidade, em busca de desvelar a sua essência, vem tornando-se cada vez mais precárias, reforçando a estrutura sincrética da profissão e, conseqüentemente, o ecletismo e a reatualização do conservadorismo, contribuindo para a conservação da sociabilidade capitalista.

Vale destacar que o/a Assistente Social atua no cotidiano, o qual, conforme Heller (1992) é permeado por algumas determinações fundamentais, quais sejam: a heterogeneidade, a imediatez, e a superficialidade extensiva. Razão pela qual fazer análises crítica da realidade, apesar de ser uma tarefa árdua, é um objetivo que não pode deixar de ser perseguido pelos/as profissionais do Serviço Social, que têm na apreensão da realidade um dos instrumentos mais importantes para definir e qualificar a sua atuação.

Soma-se a imediatez e a superficialidade próprias do cotidiano e as investidas da burguesia em construir um consenso entre as classes trabalhadoras objetivando a passividade da mesma, o ideário pós-moderno, o qual apreende a realidade de forma fragmentada, desconsiderando a sua essência. Conforme aponta Rocha (2005), o discurso pós-moderno é baseado no fragmentário, no efêmero, no descontínuo, o que acaba fortalecendo a alienação e a reificação do presente, não levando em conta a totalidade da vida social.

Foi no contexto do final dos anos 1970, que segundo Coelho (2005) se localiza o ponto onde o pensamento pós-moderno arranca em definitivo no mundo da cultura. O discurso político-ideológico pós-moderno “anuncia o desaparecimento das grandes oposições no campo da política, do social, da filosofia, da arte, para ceder lugar à emergência de categorias mais locais e operativas e, com certeza, mais efêmeras”. (SIMIONATTO, 1999, p. 83). Assim, para Duriguetto (2009, p. 2), “a visão de mundo pós-moderna é também uma ofensiva ideológica e cultural do capitalismo contemporâneo”.

Logo, a pós-modernidade constitui-se como um reflexo da hegemonia ideológica burguesa no estágio do capital flexibilizado. Centrando-se em uma ideologia que é fundada nas teorias do fragmentário, do efêmero, do descontínuo, fortalece a alienação e porta uma racionalidade isenta de análise histórica, crítica e dialética.

Na atualidade, o Serviço Social recebe a influência da pós-modernidade, que se configura como expressão do neoconservadorismo. O diálogo da pós-modernidade no Serviço Social tende a interpretar a realidade de forma simplista e sem problematização. Santos (2007) coloca que é comum a designação de “ofensiva neoconservadora pós-moderna”, o que expõe o entendimento de que o pensamento pós-moderno é degradante, tendo em vista que carrega o traço neoconservador, de influência prejudicial na teoria e na prática do Serviço Social.

Santos (2007) ainda comenta que os rebatimentos do neoconservadorismo pós-moderno no Serviço Social brasileiro acarreta posicionamentos que retrocedem nos avanços conquistados pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social, visto que o uso de determinadas ideias advindas com o pensamento pós-moderno na categoria de pesquisadores do Serviço Social manifesta uma aceitação acrítica dos fundamentos deste pensamento, bem como reafirma uma concepção endógena do Serviço Social, intervenções fragmentadas, um grande reforço a singularidade em detrimento da universalidade, a positividade e a particularização da profissão com foco na metodologia.

A adesão ao ideário pós-moderno por inúmeros estudiosos do Serviço Social é considerado como uma “[...] tendência do sincretismo ideológico constitutivo do tecido profissional [...], somada a também já histórica afeição pelas dimensões ‘microsociais’ da realidade social” (SANTOS, 2007, p. 85). Nesse sentido, o Serviço Social já manifestava uma “predisposição” de absorção de teorias diversas e busca de análises fragmentadas da realidade, o que acabou fomentando a propensão da introdução do pensamento pós-moderno nas suas discussões teóricas. De acordo com Santos (2007), a consequência dessa introdução, utilização ou presença do pós-moderno seria a crítica a totalidade como totalitarismo, a ortodoxia como dogmatismo, a universalidade como estruturalismo e a consequente negação do sujeito. Portanto, para a autora, o pensamento pós-moderno reforça uma visão de mundo orientada a tornar naturais as contradições estruturais do capitalismo e suas consequências nocivas. Nele, a realidade é fragmentada de tal modo que existe micros saberes, negando, pois, a perspectiva de totalidade. As análises pós-modernas pressupõem a inexistência de um poder central (como o das classes dominantes), pois existem apenas micro poderes que estão em toda parte. Enfim, a realidade é concebida a partir de fragmentos.

No âmbito das Ciências Sociais a ofensiva neoconservadora pós-moderna tem forte influência, tendo como resultado:

[...] um razoável número de autores e textos que, incorporando de alguma forma a lógica pós-moderna, reanima traços do conservadorismo profissional. Os mais frequentes me parecem ser a endogenia, derivada da leitura fragmentada e epistemologista da realidade contemporânea que, ao ser transplantada para as concepções do Serviço Social, traz à tona o messianismo, e a velha requisição por modelos de ação profissional tecnicistas, consoantes às requisições imediatas do mercado de trabalho. Ressalte-se ainda que a revitalização do conservadorismo profissional com base no neoconservadorismo pós-moderno tem particularidades derivadas não só do momento histórico, mas, sobretudo, do enfrentamento posto pelo movimento de renovação profissional. Ou seja, o conservadorismo agora tem como pré-requisito para se fortalecer a descredibilização da vertente crítico-dialética e o faz do ponto de vista teórico, incorporando as críticas pós-modernas ao marxismo; e do ponto de vista ídeo-político, investindo na deslegitimação do projeto ético-político profissional (SANTOS, 2007, p. 110-111)

No pensamento pós-moderno, as relações sociais são tidas como relações instáveis, não duradouras. O referido pensamento exerce a função social de justificação das transformações operadas na vida social pela ofensiva do capital, tornando-se um instrumento de legitimação do discurso neoliberal e bastante pertinente para mascarar as injustiças sociais, e manter o conservadorismo. Nesse sentido, de acordo com Santos (2007), a pós-modernidade para além de ser a linguagem coadunante com o novo estágio desta sociedade no modelo neoliberal, é a linguagem que a legitima e reforça.

Uma característica da pós-modernidade abordada por Santos (1980) é a propensão em mesclar tendências incomuns, ou seja, estilos diversificados, o que constitui o ecletismo. O referido autor destaca que isto ocorre em todas as áreas, sejam nas artes, na literatura, ou na filosofia, quando teóricos cruzam ideologias diversificadas.

Conforme Santos (2007), os avanços resultantes da aproximação do Serviço Social com a tradição marxista foram questionados por “[...] algumas manifestações da ofensiva pós-moderna na produção teórica do Serviço Social na década de 1990” (SANTOS, 2007, p. 85), o que se revela principalmente em duas vias. A primeira consiste na revitalização do conservadorismo através da absorção sincrética do irracionalismo pós-moderno. E a segunda aparece junto aos segmentos da vertente marxista, que, na década de 1990, apresentaram uma apropriação epistemológica desta teoria social, uma vez que esse veio é uma das bases privilegiadas do pensamento pós-moderno.

As duas vias de vinculação do pensamento pós-moderno na teorização do Serviço Social seriam extremamente danosas, devido ao fato de que o pensamento pós-moderno parte

de uma concepção simplificadora de que o marxismo é incapaz de explicar diversos aspectos da contemporaneidade. Esta seria, portanto, a justificativa pela qual se explica a escolha da utilização de teóricos que não partem da centralidade da relação entre capital e trabalho para esclarecer as questões problemáticas da realidade, como propõe a tradição marxista. Dessa maneira, o pensamento pós-moderno compreende a teoria social de Marx como insuficiente para lidar com diversos problemas teóricos atuais, carecendo, portanto, de uma reinvenção.

Para Bezerra (2009, p. 313- 314),

Ao privilegiar tópicos como a sexualidade, o corpo, o gênero, a etnicidade, entre outros, a lógica pós-moderna coloca uma nova pauta política, onde antes vigoravam questões como classe, Estado, ideologia, revolução, modos de produção, etc. As questões mais imediatas para a compreensão do cotidiano vêm à tona, são politizadas e mobilizam a população em torno de novos e diversificados movimentos sociais. Enquanto isso, as chamadas 'formas clássicas' são desqualificadas e negadas, diante de um processo evidente de naturalização do capitalismo. Assim, o que vigora hoje seria um "paradigma da diferença", quando uma grande variedade de conflitos parece substituir a luta de classes. Diante deste cenário 'pós-moderno', percebemos a recuperação de uma perspectiva individualista e aclassista, onde a identidade humana não se coloca como algo dado, mas como uma 'tarefa', uma possibilidade, diante das inúmeras subjetividades que se encontram em disputa no cenário político.

A "crise" da teoria social marxiana, é utilizada pelos ideólogos pós-modernos como justificativa da necessidade de alternativas de pensamentos, de aberturas para o entendimento do mundo contemporâneo no âmbito do conhecimento. Nesse sentido, a falsa crise do pensamento social contemporâneo tem aberto um grande espaço para as tendências teóricas ecléticas. Na cultura pós-moderna, os sujeitos possuem identidades variáveis e incertas, não havendo uma identidade coletiva, com base na classe social. Parte-se do pressuposto de que as análises do real a partir da perspectiva de totalidade (como a marxista) não fazem sentido, pois haveria uma pluralidade de realidades fragmentadas que impossibilitaria a apreensão do real como um todo. Nesse sentido, há a necessidade de novos paradigmas, de novos caminhos que possam superar as dificuldades de interpretação da realidade.

Segundo Rocha (2005), a tônica da busca por novos paradigmas é o pluralismo metodológico, o entrecruzamento dos paradigmas, o que torna, "imprescindível o diálogo entre marxismo, estruturalismo, fenomenologia, interacionismo simbólico, hermenêutica, racionalismo crítico, funcionalismo e, ainda, outras abordagens micro, culturais, de gênero, psicológicas" (ROCHA, 2005, p 149).

Tonet (1995) destaca que a proposta do pluralismo metodológico é uma nova versão da tradição empirista, que apenas mostra como as coisas funcionam, mas não o porquê que elas são assim. Em uma abordagem ontológica se busca a gênese e o sentido do conhecimento que funda o ser social. A diferença entre a abordagem ontológica e a gnosiológica é que a primeira permite e exige a captura do objeto enquanto totalidade e tem a totalidade como categoria central, já a segunda, com a ausência da categoria totalidade pode apenas capturar momentos parciais.

No Serviço Social, portanto, as influências da crítica pós-moderna, como enfatizou Santos (2007), ecoa com facilidade, pois a sua profissionalidade foi eivada de elementos antimodernos, os quais, do ponto de vista ídeo-teórico, se expressam no conservadorismo, que se constitui como um fio condutor da aproximação pós-moderna, orquestrada pelo sincretismo e sua permanente ausência de reservas críticas. Ou seja, o conservadorismo e o sincretismo, substratos ídeo-teóricos do Serviço Social, se constituem vias de aproximação entre a profissão e o pensamento pós-moderno, pois, ambos se coadunam em sua antimodernidade.

Portanto, diferentemente da perspectiva ontológica, a cultura da pós-modernidade com sua centralidade no sujeito e no fragmento, termina por reforçar a perspectiva conservadora na profissão bem como as tendências sincréticas e ecléticas.

CONSIDERAÇÕES APROXIMATIVAS

A partir dos objetivos traçados para construção deste ensaio e ao longo do seu desenvolvimento, analisar o ecletismo desde as suas origens e a sua permanência no Serviço Social na contemporaneidade se constituiu como um processo difícil. Porém, foi ricamente vivenciado a partir do momento em que nos colocamos como parte da realidade que buscamos desvelar.

Nossa caminhada nos propiciou entender como a presença do ecletismo no Serviço Social inviabiliza a apreensão do real na sua essência, assim como contribui para a recuperação dos traços conservadores da profissão. A presença do ecletismo revela que o conservadorismo tem sido recuperado na atualidade, se constituindo como um elemento presente tanto na produção teórica do Serviço Social, bem como nas demais dimensões da profissão, tendendo afastar a categoria profissional da direção social estratégica do Projeto Ético-Político profissional, que defende valores emancipatórios.

Vimos que as raízes sócio-históricas do ecletismo localizam-se no período da decadência filosófica burguesa entre os anos 1830 e 1848. Surge como uma estratégia ídeo-

política para a manutenção da ordem capitalista, no movimento de expansão e consolidação do capitalismo na França.

A presença do ecletismo no Serviço Social pôde ser verificada desde as suas origens até a atualidade, constituindo um caldo conservador que atravessa a profissão historicamente, com uma mistura de vertentes teórico-metodológicas e seus respectivos posicionamentos ideopolíticos.

As atuais configurações do mundo do trabalho têm colocado os/as profissionais de Serviço Social no cerne de uma questão bastante complexa, na qual são chamados/as a atender novas e velhas demandas, ao mesmo tempo em que são atingidos pela sua condição de trabalhador, sujeitos aos ditames do capital. Nesse contexto, permanece a velha requisição para atuar de maneira fragmentada, seletiva, pontual, imediata etc., nas expressões da questão social, não sendo oferecidas as condições necessárias para a ultrapassagem da aparência dos fenômenos, rumo ao desvelamento da sua essência

Mesmo que o Serviço Social na contemporaneidade tenha expressado um significativo afastamento das influências ecléticas, em decorrência do aprofundamento teórico das obras de Marx, que passou a dar fundamentos científicos mais sólidos para a atuação dos/as profissionais, observa-se a interferência na profissão do discurso pós-moderno, o qual tende a interpretar a realidade de forma simplista e fragmentada. Discurso este que carrega um traço neoconservador, visto que reatualiza procedimentos teórico-metodológicos do conservadorismo bem como do ecletismo.

Dessa forma, o ideário pós-moderno tem trazido sérias implicações para a profissão, pois que reforça intervenções fragmentadas, quando privilegia a singularidade em detrimento da universalidade, reatualizando o conservadorismo e as tendências ecléticas.

Além da presença do ecletismo e da interferência pós-moderna no Serviço Social, é importante chamarmos a atenção para um fato que reafirma a presença do conservadorismo na profissão na atualidade, ou seja, o exercício de práticas terapêuticas que vem sendo utilizadas por alguns profissionais. De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2008) tem havido uma recorrência do Serviço Social na utilização de práticas terapêuticas que visam dar respostas para problemas de cunho subjetivo dos usuários dos serviços. As práticas terapêuticas respaldam-se em uma abordagem psicossocial, o que se assemelha as práticas utilizadas na origem da profissão, quando o Serviço Social incorporou as influências norte-americanas e utilizou-se inclusive dos fundamentos advindos da Psicologia. Dessa forma, as práticas terapêuticas restauram práticas conservadoras localizadas na origem da profissão.

Diante do exposto, afirmamos a importância do debate sobre o ecletismo no Serviço Social e a importância da produção de conhecimentos que privilegie a perspectiva de totalidade, contrapondo-se as investidas desse ideário, com sua superficialidade analítica. Um conhecimento teórico, portanto, que, respeitando o princípio da pluralidade, enquanto debates de ideias, não caia no ecletismo, resultando, como ressalta Tonet (1995), na impossibilidade de apreensão do real na sua totalidade. Assim, esperamos que o presente ensaio possa contribuir teoricamente para o aprofundamento do debate na agenda profissional acerca do tema.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo L. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed., São Paulo: Cortez, 2006.

ABESS/CEDEPSS. **Proposta básica para o projeto de formação profissional.** Revista Serviço Social & Sociedade. Nº50. Ano XVII. Abril de 1996. São Paulo: Cortez, 1996.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social:** fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez Editora, 2001

_____. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 124, p. 623-636, 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEZERRA, Cristina Simões. **Modernidade e pós-modernidade:** formulações conceituais e desafios teóricos. In: SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 19., 2009, Guayaquil. **Anais eletrônicos..** Guayaquil: EUCR, 2009. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/sllets/sllets-019-272.pdf>> Acesso em: 15 mar. 2017.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 124, p. 637- 651, 2015.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Pluralismo:** dimensões teóricas e políticas. Cadernos ABESS, São Paulo, n. 4, p. 5-17, 1991.

_____. **O estruturalismo e a miséria da razão.** 2.ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CFESS. **Práticas terapêuticas no âmbito do serviço social:** subsídios para aprofundamento do estudo. Brasília/DF, 2008. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/praticasterapeuticas.pdf>> Acesso em 09 agosto/2017

CFESS/CRESS. **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS.** Brasília/DF: CFESS, 2012. Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf>. Acesso em 03 fevereiro/2017

DONHA, João. Filosofia Espiritualista. *In: Jornal Ciência Espirita: filosofia, história, literatura e arte.* Disponível em: < <http://jornalcienciaespirita.spiritualist.one/filosofia-espiritualista/>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

DURIGUETTO, M. L. **O olhar pós-moderno dos Novos Movimentos Sociais.** In: XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, 2009, Guayaquil - Equador. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-305.pdf>> Acesso em: 15 março/2017

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica.** São Paulo: Cortez, 2011.

GEORGES, Gusdorf. **As Revoluções da França e da América: a violência e a sabedoria.** Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1993.

GUERRA, Yolanda. A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos. In: **Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social.** Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, n. 10, 2004, p. 12- 45.

_____. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 104, p.715-736, São Paulo: Cortez, out/dez. 2010.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do (a) Assistente Social na Atualidade. In: **Atribuições privativas do (a) assistente social em questão.** Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2002.

_____. Marilda Vilela. Conservadorismo e Serviço Social. In: _____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos.** 7º. Ed – São Paulo: Cortez, 2004.

MARANHÃO, César Henrique. **Uma Peleja Teórica e Histórica: Serviço Social, Sincretismo e Conservadorismo.** In: _____. Ana Elizabete Mota; Angela Amaral. (Org.). **Serviço Social Brasileiro nos anos 2000: cenários, pelejas e desafios – Recife: Editora UFPE, 2014.**

MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia.** 2.ed. São Paulo: Loyola. 2004.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social nos anos 80 e 90.** São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1996.

_____. A construção do Projeto Ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CFESS/ABEPSS/UNB/CEAD, 1999, p. 91 -110.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-04.pdf>> Acessado em abril/2017>

ROCHA, Sheilla Nadíria Rodrigues. **A Influência do Ecletismo na Produção Teórica do Serviço Social na Contemporaneidade**. Recife: O Autor, 2005. 309 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é Pós-Modernismo**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. v.132. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Três notas sobre o sincretismo no Serviço Social**. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 119, p. 531- 558, São Paulo: Cortez, jul/set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000300007>. Acesso: 01 mai. 2016.

SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade. In: _____. **Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Módulo I. Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: CEAD, 1999, p. 77-90

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 1999, p. 185 -189.

TONET, Ivo. **O pluralismo metodológico: um falso caminho**. Revista Serviço Social e Sociedade. Editora Cortez, n. 48, ago.1995, p. 35-57